



Processo Administrativo nº 046/2025.

Requerente: Francisco Nelo Soares Neto (Nilo Neto)

Requeridos: José Evandro de Melo Silva (Juiz de Pista)

Reginaldo Matos de Goes (Juiz da Alternativa)

Oziel Gonçalves (Juiz da Alternativa)

Robson Michel Roque (Juiz da Alternativa)

DECISÃO

Tratam-se os autos de Processo Administrativo aberto por solicitação do Sr. Francisco Nilo Soares Neto (Nilo Neto), através do denúncia encaminhada via formulário padrão à ABVAQ na data de 21/05/2025.

Na denúncia o requerente atesta, em síntese, ao julgar o seu boi, durante a classificação da categoria profissional, senha 5027, na vaquejada do Parque Arena São Francisco, na cidade de Cabaceira do Paraguaçu/BA, na data de 21/05/2025, o juiz de pista, primeiro requerido, passou o boi direto para comissão alternativa. Na comissão alternativa, os demais requeridos julgaram zero o boi, afirmando que o mesmo, ao ser deitado, ultrapassou mais de 50% do seu corpo a segunda faixa de pontuação. Por não concordar com o julgamento feito pela alternativa, o requerente solicitou abertura de processo administrativo junto à ABVAQ para análise de desempenho dos profissionais envolvidos no julgamento do citado boi, nos termos previstos no RGV.

Após recebimento da denúncia, o Presidente da ABVAQ determinou a abertura do presente processo administrativo e nomeou a esta Comissão Disciplinar Processante, composta por três membros, sendo o ora relator e os demais componentes abaixo assinado, para apuração e julgamento da referida denúncia.

Em reunião realizada na data de 27 de maio de 2025, esta Comissão Disciplinar Processante, determinou as citações/intimações dos requeridos, para integrarem ao presente processo administrativo, bem como, apresentarem defesa com as provas cabíveis no prazo de 10 dias. Em ato contínuo, determinou encaminhamento



de Ofício ao Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ, solicitando parecer acerca do julgamento do boi em discussão.

O requerido José Evandro de Melo Silva, juiz de pista, apresentou defesa alegando ter julgado de acordo com o MJB da ABVAQ, afirmando ter passado o boi direto para ser julgado pela comissão alternativa, em razão de se tratar da regra dos 50% (ciquenta por cento).

Já os demais requeuridos apresentaram defesa afirmando, em síntese, que julgaram o boi zero em razão do mesmo, ao ser deitado pelo competidor, ultrapassou com mais de 50% do corpo a segunda faixa de pontuação.

Na data de 11/06/2025 o Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ encaminhou parecer atestando que os julgamento proferido pelo juiz de pista foi de acordo o RGV e MJB, assim como o julgamento proferido pela comissão alternativa. Destacando em sua conclusão: **“Pelo exposto, e pelos fundamentos apresentados, temos que a conduta dos juízes de vaquejada envolvidos no julgamento, em relação ao boi objeto dos autos deste PA 046/2025, foi alinhada com as normas previstas nos artigos 19 do RGV e 12º do MJB da ABVAQ, na pista o juiz foi correto quando observou que o boi se firmou entre as faixas após seu corpo ficar com partes sobre a segunda faixa, e seguiu a orientação do MJB e passou o boi para ser julgado pela Comissão Alternativa, sem ônus para o competidor. Na Alternativa julgaram corretamente, porque observaram que o corpo do bovino saiu mais de 50% para fora da faixa de pontuação e por isso, julgaram zero, conforme diz a regra contida no RGV e no MJB.”** (grifos nossos)

Esse é o breve relatório.

Passamos a decidir:

De início, entende esta Comissão que o presente processo está pronto para julgamento, não havendo necessidade de mais dilação probatória, uma vez que a mídia juntada aos autos, a defesa apresentada pelos requeridos e o parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ elidem a necessidade de produção de novas provas.

Inexistindo questões preliminares, passamos diretamente ao mérito da demanda.

O requerimento inicial versa sobre a necessidade de averiguação de suposto julgamentos equivocados realizados pelos requeridos, com o intuito de analisar o desempenho técnico de tais profissionais, nos termos do §1º, do art. 24 do Regulamento



Geral de Vaquejada (RGV), in verbis:

“Art. 24 (...)

Parágrafo Primeiro: É facultado ao competidor, **após o julgamento do seu boi por parte da comissão alternativa**, requerer a análise da ABVAQ para aprofundar o julgamento televisivo **para fins unicamente de verificação do trabalho técnico dos juízes, sem que isso implique em mudança de resultado para fins de premiação e classificação da vaquejada.**

.....”
(original se grifos)

De acordo com a norma acima citada, não há que se falar em ressarcimento de danos ou mesmo de alteração no resultado da apresentação. Restando tão somente analisar o desempenho técnico dos profissionais que julgaram o boi, objeto do presente processo administrativo, com a aplicação de punição (§2º, do art. 24 do RGV) caso tenha ocorrido erro de julgamento, uma vez que a decisão proferida pela Comissão Alternativa no evento, após anunciada, não pode ser modificada, conforme disposição contida na alínea “b”, do art. 20 do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, senão vejamos:

“Art. 20. Quanto ao resultado do boi de TV:

.....
b. Qualquer que seja o resultado da comissão alternativa, após ser divulgado ao público pelo juiz de pista, será irrevogável.

.....”
(original sem grifos)

Em relação ao boi do competidor Francisco Nilo Soares Neto (Nilo Neto), a dúvida é se o mesmo, ao ser deitado, ultrapassou mais de 50% do seu corpo a segunda faixa de pontuação.

Nos parece claro que inconformismo do requerente é em razão da inobservância da regra contida no §2º do art. 19, do RGV, bem como o art. 12, alínea “i”, do Manual de Julgamento de Boi da ABAQ.

Reza o art. 19 do Regulamento Geral de Vaquejada:

“Art. 19 – Só será válido o boi, se o mesmo se soltar completamente entre as faixa de pontuação e, ao se firmar, estiver entre elas.



.....

Parágrafo Segundo: Após adentrar na faixa de pontuação e se soltar completamente, **se o boi ficar com no máximo, metade (50%) ou menos para fora**, será permitido aos competidores trabalhar a fim de reposicionar o animal entre as faixa de pontuação, desde que não haja pisoteamento do bovino.

.....”
(original sem grifos)

Na mesma linha, estabelece o art. 12 do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ que:

“**Art. 12.** Só será válido o boi se o mesmo, em algum momento da ação do puxador, ao deitar-se no solo, se soltar completamente e, ao levantar-se (considerando “levantar-se” como o momento em que o boi retorna o contato das extremidades de suas 4 patas com o solo, ou seja, o casco de cada uma delas tocar o solo e se firmar completamente) estiver com as patas entre as duas faixas de pontuação.

.....

i) **Em caso de segundo cal, em que se precise julgar se o boi saiu ou não mais de 50% (cinquenta por cento), deverá o juiz de pista proceder da seguinte forma:**

i.1. Dentro dos 30 segundos previstos no regulamento geral da ABVAQ, caso o boi se levante fora do segundo cal, será julgado zero pelo juiz de pista;

i.2. **Caso o competidor consiga reposicionar o boi para que se levante entre as faixas** ou se o boi permanecer imóvel no prazo de 30 (trinta) segundos, **o boi deverá ser remetido à comissão alternativa, sem ônus para o vaqueiro, para que seja julgado a questão dos 50% (cinquenta por cento).**

i.3. A comissão alternativa verificando que o **boi estava com menos de 50% (cinquenta por cento) para fora**, validará o boi, independentemente de onde o bovino se firme, do contrário, o boi permanece zero.”

(original sem grifos)



De início, cumpre destacar que não resta dúvida em relação ao percentual do corpo do boi que pode, ao ser deitado, ultrapassar a segunda faixa de pontuação, ou seja, o boi não pode ultrapassar mais de 50% do seu corpo a segunda faixa. Outro aspecto importante a ser observado é que, no caso do julgamento **apenas da regra dos 50%**, o juiz de pista tem a obrigação de repassar o boi direto para comissão alternativa.

Nesse aspecto deve o juiz de pista e a comissão alternativa observar as regras contidas na alínea “i”, art. 12 do Manual de Julgamento de Boi da ABVAQ, que traz, de forma bem detalhada, como devem se posicionar os juízes, tanto o da pista, quanto os da comissão alternativa nesse caso.

A alínea “i” do art. 12, do MJB da ABVAQ é bastante clara quando diferencia, em parte as atribuições dos juízes de pista e da alternativa. Estabelecendo limites a ambos no que diz respeito ao julgamento do boi no chamado caso de 50%.

Em relação ao juiz de pista, observa-se que o mesmo NÃO pode julgar se o boi passou ou não mais de 50% da segunda faixa de pontuação. **Isso não quer dizer que o juiz fique impedido de efetuar julgamento zero por outro motivo, ou seja, se o juiz de pista entender que o boi, independentemente de ter passado ou não mais de 50%, firmou-se fora da área de pontuação, julgará zero por este motivo, não pela análise dos 50%.**

Por outro lado, seguindo o mesmo exemplo acima, entendo o juiz de pista que o boi firmou entre as faixas, mas se há questão de 50% a ser julgado, deve se abster de pronunciar o julgamento, encaminhando o boi à comissão alternativa, que deverá proferir o julgamento final.

No caso em julgamento, **não restou dúvida, uma vez que o boi se soltou para ponto e se firmou entre as faixas de pontuação, nesse caso, não poderia o juiz de pista ter julgado a questão dos 50%.**

O juiz de pista, o requerido José Evandro de Melo Silva, **demonstrou conhecimento da regra contida na citada alínea “i” do art. 12, do MJB**, já que, conforme demonstrado, não cabe ao juiz de pista “julgar boi de 50%”. Agindo corretamente ao passar o boi para comissão alternativa julgar se o mesmo ao ser deitado passou ou não mais de 50% do corpo a segunda faixa de pontuação.

Em relação ao julgamento proferido pelos juízes da comissão alternativa, entende esta comissão que o mesmo está **de acordo** com as regras contidas no RGV e no MJB, uma vez que **o boi ultrapassou mais de 50% do seu corpo a segunda faixa de pontuação**, conforme destacado no parecer exarado pelo Comitê de Julgamento de Boi da ABVAQ juntado aos autos, cuja imagem segue abaixo destacada:



Diante do exposto, esta Comissão Disciplinar Processante, por unanimidade, julga **IMPROCEDENTE** a denúncia, nos termos retro apresentados.

Remeta-se a presente decisão ao Presidente da ABVAQ, para análise e posicionamento, nos termos do art. 37 do Regulamento Geral.

Após decisão do Presidente, em caso de validação, expedir mandados de intimações das partes, bem como encaminhar ofício ao setor de TI da ABVAQ para devida publicação no site da associação.

João Pessoa/PB., 12 de junho de 2025.



Presidente da Comissão



Membro da Comissão





Membro da Comissão